



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL**

**PARECER Nº 1712/2025/AJDG**

Referência: SEI Nº 02186/2025

Assunto: Complementação da análise dos documentos produzidos na fase preparatória da licitação. Aviso de Dispensa eletrônica. Dispensa de Licitação. Lei nº 14.133/2021.

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado visando à aquisição de materiais para composição cenográfica (exposições de média e longa duração) do Centro de Memória deste TRE-RN.

2. Vêm os autos a esta Assessoria Jurídica após o Parecer nº 1616/2025-AJDG (id 2411321), no qual foram analisados os documentos então produzidos, quais sejam: o Gerenciamento de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, pontuadas as alterações necessárias naquele expediente, ao passo em que restou corroborado o entendimento externado pela Seção de Editais e Contratos, por meio da Informação nº 845/2025 – SEDIC (id. 2410114), no sentido de que a contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser adotada a dispensa de licitação, na forma eletrônica.

3. Desta feita, verifica-se a complementação da instrução atinente à fase preparatória para análise jurídica dos documentos produzidos com base nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, com a juntada dos seguintes documentos e informações:

a) Termo de Referência atualizado com as adequações sugeridas (id. 2416337);

b) reserva orçamentária (id. 2417423);

c) minuta de Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos (ids. 2417916, 2417917 e 2417919), acostados aos autos por meio da Informação nº 912/2025-SEDIC (id. 2417925).

4. Juntada toda a documentação necessária à instrução da fase preparatória, submete-se a esta Assessoria para análise, segundo o regramento contido na Lei nº 14.133/2021, a qual nada menciona expressamente em relação à necessidade de aprovação dos referidos expedientes, mas disciplina a competência da Assessoria Jurídica para o exercício de controle prévio de legalidade

previamente à determinação a ser proferida pela autoridade competente para divulgação do aviso de contratação direta.

5. No que se refere à minuta de aviso de dispensa eletrônica e anexos acostados nos ids. 2417916, 2417917 e 2417919, esta Assessoria Jurídica não identificou vício ou impropriedade jurídica, concluindo que o referido expediente foi elaborado em consonância com a legislação pertinente e encontra-se adequado ao objeto a ser contratado.

6. Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica, após a análise descrita no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, entende inexistir óbice à que a Administração determine a divulgação do aviso de dispensa eletrônica, utilizando-se a minuta e anexos de ids. 2417916, 2417917 e 2417919, objetivando a aquisição de materiais para composição cenográfica (exposições de média e longa duração) do Centro de Memória deste TRE-RN.

É o parecer.

Natal/RN, 10 de novembro de 2025.

Raquel de Freitas Andrade Potier

Analista Judiciário – AJDG

De acordo.

À consideração superior.

Márcia Regina Miranda Clementino Medeiros

Assessora Jurídica da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raquel de Freitas Andrade Potier, Servidora da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral**, em 10/11/2025, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Regina Miranda Clementino Medeiros, Assessora Jurídica da Diretoria-Geral**, em 10/11/2025, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rn.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2419224&crc=C2E383BE](https://sei.tre-rn.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2419224&crc=C2E383BE) informando, caso não preenchido, o código verificador **2419224** e o código CRC **C2E383BE**.

---